



Green Power

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021:** Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Rio de Janeiro, 30 de março de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Notas	2021	2020
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.090	38.199
Títulos e valores mobiliários	5	1.802	-
Contas a receber de clientes	6	16.333	21.866
Cauções e depósitos	8	9.689	7.552
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	51	-	-
Outros tributos compensáveis	5	57	-
Créditos com partes relacionadas	7	1.834	1.283
Outros créditos		791	454
Total do ativo circulante		37.595	69.411
<b>Não circulante</b>			
Contas a receber de clientes	6	9.083	9.083
Depósitos vinculados a litígios		10	10
Imobilizado	9	438.386	449.174
Intangível	10	14.082	14.612
Total do ativo não circulante		461.561	477.879
Lucro líquido dos ativos		499.156	542.290
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	Reservas de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	
408.442	3.551	50.607	-	-	462.600
Lucro líquido do exercício	-	-	-	259	259
Redução de capital	(160.304)	-	-	(13)	(160.304)
Reserva legal	-	13	-	(13)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(62)	(62)
Reserva estatutária	-	-	184	(184)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	248.138	3.564	50.791	-	302.493
Dividendos adicionais propostos	-	-	(50.791)	-	(50.791)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.909	14.909
Reserva legal	-	745	-	(745)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.541)	(3.541)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	10.623	(10.623)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	248.138	4.309	10.623	-	263.070
					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
A Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A. ("Companhia") foi constituída em 30 de janeiro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou cotista. A Companhia explora o potencial eólico de 58 MW no município de Morro do Chapéu, Estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 06/2014-ANEEL com contrato vigente até 3 de julho de 2050 referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração.

**1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros: Pessoas e sociedade:** Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos. Desde a adoção mais ampliada do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto.

**Monitoramento e plano estratégico:** A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhuma das operações em mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável. Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou armenizem tais efeitos.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia adotou a base de preparação destas demonstrações financeiras em 30 de março de 2022.

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Conforme Orientação Técnica OCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

**2.1. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

**2.2. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

**3. Políticas contábeis**  
**3.1. Reconhecimento de contratos com clientes:** As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47"). A norma estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca de bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato. **Receita de venda de energia:** As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo. As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada ("energia secundária"), liquidada no mercado SPOT ("mercado de curto prazo") ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

**3.2 Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção. Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado. **Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros:** A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. **Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição

ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA", com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes. Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito segundo avaliações de crédito externas, publicadas. **Instrumentos financeiros, apresentação líquida:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

**3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de curta duração, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**3.4. Contas a receber de clientes:** O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo de venda, incluindo a perda por provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, vide nota explicativa nº 8. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seu valor residual estimado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização. Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo foi baixado. **Desmantelamento de áreas:** Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontadas a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

**3.6. Ativo intangível:** O ativo intangível corresponde ao direito de exploração de concessões e em função dos contratos de concessão de geração. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios do ativo são revisadas inicialmente ao custo, contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros do ativo de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

**3.7. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pela Companhia na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que a Companhia tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos do arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera

**ENEL GREEN POWER  
MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A.**  
CNPJ nº 21.888.992/0001-43

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em milhares de reais)			
	Notas	2021	2020
Receita líquida	17	114.000	69.293
Custo do serviço	18	(81.173)	(42.718)
Lucro bruto		32.827	26.575
Recursos (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(3.804)	(4.978)
Provisão para devedores duvidosos	18	(308)	(148)
Outras receitas e despesas operacionais	18	144	-
Total das despesas operacionais		(3.968)	(5.126)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		28.859	21.449
Resultado financeiro			
Receita financeira	19	10.031	5.199
Despesas financeiras	19	(19.193)	(23.271)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		(9.162)	(18.072)
Imposto de renda e contribuição social	20	19.697	3.377
Correntes		(4.788)	(3.118)
Lucro líquido do exercício		14.909	259
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	14.909	259	
Outros Resultados Abrangentes	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	14.909	259	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2021	2020	
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício	14.909	259	
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:			
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	344	219	
Custo de arrendamento financeiro	-	(4.122)	
Juros provisionados sobre obrigações de arrendamento	1.026	910	
Juros provisionados sobre empréstimos e debêntures	9.496	5.990	
Depreciação e amortização	16.919	16.769	
Atualização de perdas em recebíveis	(56)	(71)	
Atualização financeira - Desmantelamento	142	130	
Custos de transação	272	-	
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.788	3.118	
	47.860	23.202	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2021	2020	
<b>(Aumento) redução dos ativos:</b>			
Contas a receber de clientes	5.225	19.858	
Créditos com partes relacionadas	(551)	952	
Tributos a compensar	1.545	16.805	
Cauções e depósitos vinculados	(2.137)	(7.562)	
Outros créditos	(337)	(128)	
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>			
Fornecedores	1.658	78	
Folha de pagamento	199	-	
Tributos a pagar/compensar, líquidos	(606)	652	
Debitos com partes relacionadas	1.545	16.805	
Outras obrigações	(61)	-	
	52.796	53.871	
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(9.477)	(5.576)	
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(5.289)	(3.454)	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>38.030</b>	<b>44.841</b>	
<b>Atividades de investimentos</b>			
Títulos e valores mobiliários	(1.802)	-	
Aquisição de intangível e imobilizado	(4.812)	(2.495)	
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>	<b>(6.614)</b>	<b>(2.495)</b>	
<b>Atividades de financiamentos</b>			
Pagamentos de obrigações por arrendamento	(1.146)	(376)	
Captação empréstimos e financiamentos	-	163.820	
Dividendos pagos	(50.853)	(7.013)	
Redução de capital	-	(160.304)	
Aquisição de principal de empréstimos e financiamentos	(10.526)	(5.937)	
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(62.525)</b>	<b>(9.810)</b>	
<b>Variação no caixa líquido da Companhia</b>	<b>(31.109)</b>	<b>32.536</b>	
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	38.199	5.663	
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.090</b>	<b>38.199</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

**3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que refita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis em mercados ativos. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos

ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A. - CNPJ nº 21.868.992/0001-43

**3.12. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes:** Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas	Ainda não determinado pelo CFC

**3.13. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, provisão para desmantelamento, arrendamentos e instrumentos financeiros. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: provisão para desmantelamento e provisão para processos judiciais.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas correntes bancárias	-	5.227
Aplicações financeiras - CDB - Certificado de depósito bancário (a)	7.090	32.972
<b>Total aplicações financeiras</b>	<b>7.090</b>	<b>32.972</b>
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.090</b>	<b>38.199</b>

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

**5. Títulos e valores mobiliários:**

	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de investimentos não exclusivos	1.802	-
<b>Total de títulos e valores mobiliários</b>	<b>1.802</b>	<b>-</b>

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento exclusivos das empresas do Grupo Enel, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI através de carteira composta majoritariamente por títulos públicos e letras financeiras. Em 31 de dezembro de 2021 os fundos apresentaram uma rentabilidade média de 86,39% ao ano.

**6. Contas a receber de clientes:**

	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	2.673	9.339	12.950	9.066
Suprimento de Energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	2.773	188	3.462	13.369
Ressarcimento	9.881	-	9.881	9.083
<b>Total</b>	<b>15.327</b>	<b>9.527</b>	<b>26.293</b>	<b>31.518</b>

Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	562	25.416
Não circulante	16.333	21.866
<b>Total</b>	<b>16.895</b>	<b>47.282</b>

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda. As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o ativo de R\$9.881 (R\$9.083 em 2020), referente ao ressarcimento do Mercado Regulado, sendo R\$ 9.083 classificados no não circulante. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER). As regras de "Medição Contábil" e "Garantia Física" desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos. Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de "Medição Contábil" e "Garantia Física" são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual. O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado ("flat"). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual). A movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	(569)	(421)
Adições	(344)	(219)
Reversões	36	71
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(877)</b>	<b>(569)</b>

A provisão para perdas de créditos esperadas é constituída nos valores a receber ou saldo da dívida parcelada, a análise realizada pela Companhia é determinada através de avaliações individuais aplicando premissas e políticas consistentes, bem como julgamentos adequados sobre os valores a receber de seus clientes, avaliando os riscos associados a cada cliente e a probabilidade deste deixar de honrar com aquilo que é estabelecido no contrato celebrado entre as partes, essa análise é feita desde o reconhecimento inicial do direito de receber a contraprestação financeira pelo serviço prestado e produto vendido. Adicionalmente, a Companhia também considera no modelo de determinação de perda esperada a existência de garantias reais.

**7. Transações com partes relacionadas:** Conforme detalhado na nota explicativa nº 16, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda. ("EGP Brasil" ou "antiga controladora") pela Enel Brasil S.A., e como resultado desta incorporação, a EGP Brasil foi extinta e a Enel Brasil S.A. tornou-se sua sucessora e detentora dos saldos patrimoniais, inclusive com partes relacionadas, antes detidas pela antiga controladora. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Natureza	Parte relacionada	31/12/2021		31/12/2020		Referência
		Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante	
	Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	-	-	623	2.479	(16.484) (ii)
	Enel Distribuição Ceará	-	-	103	-	(980)
	Enel Distribuição Rio de Janeiro	-	-	98	-	(1.159)
	Enel Distribuição Goiás	-	-	220	-	(2.095)
	Enel Distribuição São Paulo	310	-	2.254	237	(2.153)
Compra e venda de energia	Enel Green Power Ventos de Santa Ângela 15 S.A.	-	-	646	-	-
	Enel Trading Brasil	736	2.203	7.374	-	-
	Enel Green Power Paranapanema S.A.	-	64	(753)	-	-
	Ampla Energia e Serviços S.A.	275	-	1.228	-	-
	Celg Distribuição S.A. Celg D.	303	-	2.219	-	-
	Companhia Energética do Ceará - Coelce	142	-	1.038	-	-
	Enel Green Power São Gonçalo 14	-	-	941	-	-
Transmissão de energia	Enel CIEN - Companhia de Interconexão Energética	-	3	(29)	-	2 31 (iii)
	Enel Brasil S.A.	-	24.310	(1.873)	-	- (i) / (v)
	Enel Green Power Brasil Participações Ltda	-	-	-	22.120	2.169
	Enel Green Power Pau Ferro	-	-	-	67	-
	Enel Green Power Delfina e Eólica S.A	-	259	-	259	-
	Enel Green Power Horizonte MP Solar S.A	-	249	-	249	-
	Enel Green Power Iuperava Solar S.A	-	194	-	194	-
	Enel Green Power Salto Apiacás S.A	-	1.204	-	1.146	-
	Enel Green Power São Judas Eólica	-	10	-	10	-
	Socibe Energia S.A.	-	6	-	6	54
	Enel Green Power Taicacó S.A	-	67	-	-	-
	Enel Green Power Desenvolvimento Ltda	-	-	-	65	-
	Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A	2	4.262	-	2	4.262
	Enel Green Power Ventos de Santa Esperança 08 S.A.	66	-	-	-	-
	Enel Power do Brasil Ltda	-	4	-	4	-
Suporte Operacional	Enel Green Power S.P.A	-	41.785	-	42.212	- (iv)
<b>Total</b>		<b>1.834</b>	<b>74.620</b>	<b>13.045</b>	<b>1.283</b>	<b>73.075 (20.617)</b>

(i) O passivo se refere basicamente a repasse de despesas com viagens, custo de pessoal, juros de empréstimos, despesas pagas da EGP Morro do Chapéu I Eólica e compra do projeto eólico de terceiros; (ii) O saldo de contas a receber refere-se a valores repassados pela Companhia relacionados a venda de energia; (iii) O saldo de contas a pagar para a Enel Cien refere-se a custos de transmissão de energia; (iv) Os saldos a pagar se referem a alocação de custos de suporte de funcionários da matriz no projeto de construção do parque eólico. Em função de tais gastos estarem atrelados à construção dos parques eólicos, definidos como ativos qualificáveis, eles foram capitalizados como parte dos custos de construção e formação dos ativos. A redução do saldo é em decorrência da variação cambial; (v) O saldo de contas a pagar se referem a valores repassados à Companhia relacionados a custos com pessoal incorridos nas atividades de repasse de despesas. Em 2021 a Companhia não realizou pagamentos para partes relacionadas, no que se refere ao contrato de fruição de utilidades comuns, embora tenha havido reconhecimento de obrigações relativas a este contrato. Outros pagamentos realizados para partes relacionadas se referem em encargos de uso da rede para Cien, integrante do SIN - Sistema Interligado Nacional e compra de energia, bem como compra e venda de energia. **Remuneração dos Administradores:** Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2021.

**8. Cauções e depósitos em garantia**

Instituição	31/12/2021	31/12/2020
BNDES - Conta centralizadora	3.494	1.526
BNDES - Reserva de O&M	5.008	1.128
BNDES - Reserva do serviço da dívida BNDES	1.187	4.898
<b>Total</b>	<b>9.689</b>	<b>7.552</b>

O saldo de R\$ 9.689 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 7.552 em 2020) é composto por valores em garantia conforme definido no contrato de financiamento com o BNDES, seguindo os conceitos destacados abaixo: a) Conta centralizadora: conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento do BNDES; b) Reserva de O&M: conta corrente composta por aportes equivalentes a 25% do valor anual dos pagamentos dos contratos de O&M; c) Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES: conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de (i) 3 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja igual ou superior a 1,20 ou (ii) 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja inferior a 1,20.

**9. Imobilizado:** A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2020		31/12/2021			
	Valor remanescente de contrato (anos)	Valor líquido	Desman-telamento	Depre-Transfe-rência Valor líquido		
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	62.126	(1.329)	-	(486)	60.311
Máquinas e equipamentos	30	406.608	-	-	1.011	407.619
Linhas de transmissão	30	10.563	-	-	-	10.563
<b>Total</b>		<b>479.297</b>	<b>(1.329)</b>	<b>-</b>	<b>525</b>	<b>478.493</b>

	31/12/2019		31/12/2020			
	Valor remanescente de contrato (anos)	Valor líquido	Desman-telamento	Depre-Transfe-rência Valor líquido		
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	62.338	(419)	-	207	62.126
Máquinas e equipamentos	30	406.125	-	-	483	406.608
Linhas de transmissão	30	10.458	-	-	105	10.563
<b>Total</b>		<b>478.921</b>	<b>(419)</b>	<b>-</b>	<b>795</b>	<b>479.297</b>

	31/12/2020		31/12/2021	
	Valor	Amortização acumulada	Valor líquido	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.760)	-	(2.072)	(4.832)
Máquinas e equipamentos	(18.713)	-	(13.528)	(32.241)
Linhas de transmissão	(442)	-	(348)	(790)
Arrendamento - CPC 06	(296)	-	(292)	(588)
<b>Total</b>	<b>(22.211)</b>	<b>-</b>	<b>(16.240)</b>	<b>(38.451)</b>

	31/12/2020		31/12/2021		
	Valor	Amortização acumulada	Valor líquido	Total	
Máquinas e equipamentos	100	-	1.841	(795)	1.146
Outros	100	-	1.841	(795)	1.146

**10. Intangível:** O saldo do intangível em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 14.082 (R\$ 14.612 em 31 de dezembro de 2020) é referente à aquisição do direito de uso do projeto de geração eólica de terceiros. Os referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização. A movimentação do ativo intangível nos exercícios de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.892	15.141
Amortização	-	(529)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>15.892</b>	<b>14.612</b>
Amortização	-	(530)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>15.892</b>	<b>14.082</b>

**11. Fornecedores**

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de fornecedores é composto pelas obrigações a pagar aos fornecedores referentes às aquisições dos itens que compõem a infraestrutura operacional da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
Encargo de Uso da Rede	247	16
Materiais e serviços	2.722	1.295
<b>Total</b>	<b>2.969</b>	<b>1.311</b>

**12. Obrigações por arrendamentos:** Os contratos de arrendamento estão relacionados às terras onde estão implantados os parques eólicos.

	31/12/2021	31/12/2020
Terrenos	9.150	15.463
<b>Total</b>	<b>9.150</b>	<b>15.463</b>

Obrigações por arrendamento:	Valor nominal	Vencimento	Média ponderada de meses	Encargos financeiros
Terrenos	9.150	15.463	31/08/2048	de 9,31% a.a. até 13,11% a.a
<b>Total</b>	<b>9.150</b>	<b>15.463</b>		

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	243	1.331
Não circulante	8.907	14.132

De acordo com o pronunciamento CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, para os contratos de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2021 o passivo dos pagamentos futuros de tais contratos, R\$ 243 no passivo circulante e R\$ 8.907 no passivo não circulante. (R\$ 14.132 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente) em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado (nota explicativa 8). Abaixo demonstramos a movimentação da obrigação por arrendamentos:

	31/12/2020	31/12/2021
Saldo no início do exercício	7.152	6.618
Remensuração	2.118	-
Amortizações principal	(1.146)	(376)
Encargos provisionados	1.026	910
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>9.150</b>	<b>7.152</b>
Circulante	243	243
Não circulante	8.907	6.925

**13. Empréstimos e financiamentos:** A composição e detalhamento do saldo de empréstimos e financiamentos, está apresentada a seguir:

Instituição	31/12/2021		31/12/2020	
	Remuneração	Vencimento	Principal	Juros e atualizações
BNDES	TJLP + 1,52%	15/12/2035	147.358	(3.851)
Circulante	-	-	10.526	(275)
Não Circulante	-	-	136.832	(3.576)

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-
Captações	-	163.820
Encargos provisionados	5.990	5.990
Transferências	16.090	(16.090)
Amortizações	(5.937)	-
Encargos pagos	(5.576)	-
Apropriação dos Custos de transação	139	(4.261)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>10.706</b>	<b>143.469</b>
Encargos provisionados	9.496	9.496
Transferências	10.213	(10.213)
Amortizações	(10.526)	-
Encargos pagos	(9.477)	-
Custo de transação	272	272
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10.684</b>	<b>133.256</b>

Cronograma de amortização da dívida:

	2023	2024	2025	2026	Após 2027	Total
	10.250	10.250	10.250	10.252	9	

...continuação **ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU I EÓLICA S.A. - CNPJ nº 21.868.992/0001-43**

do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	14.909	259
(-) Reserva Legal	(745)	(13)
Lucro líquido ajustado	14.164	246
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(3.541)	(62)
Reserva estatutária	-	(184)
Reserva para reforço de capital de giro	(10.623)	-
<b>Saldo a destinar</b>	-	-
<b>17. Receita operacional líquida:</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Suprimentos de energia elétrica	118.830	72.100
Total da receita operacional bruta	118.830	72.100
(-) Deduções da receita	-	-
COFINS	(3.812)	(2.162)
PIS	(826)	(469)
Taxa de fiscalização	(192)	(176)
Total de deduções de receita	(4.830)	(2.807)
Total da receita líquida	114.000	69.293

	2021				2020			
	Custo do serviço	Despesas administrativas	Provisões para despesas operacionais	Outras despesas operacionais	Custo do serviço	Despesas administrativas	Provisões para despesas operacionais	Outras despesas operacionais
Pessoal	(468)	-	-	-	(468)	-	-	-
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(344)	-	(344)	-	(219)	(219)
Reversão de perdas de créditos esperadas	-	-	36	-	36	-	71	71
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(37.316)	-	-	(37.316)	(19.237)	-	(19.237)	-
Encargos de uso de rede elétrica	(2.725)	-	-	(2.725)	(2.558)	-	(2.558)	-
Suprimento de energia elétrica	(20.254)	-	-	(20.254)	-	-	-	-
Material	(636)	(475)	-	(1.111)	(124)	(3)	(127)	-
Serviços de terceiros	(1.633)	(629)	-	(2.262)	(5.769)	(2.426)	(8.195)	-
Serviços de partes relacionadas (nota 7)	-	(1.874)	-	(1.874)	-	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	(1.160)	-	-	(1.160)	(9)	-	(9)	-
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	-	(57)	(93)	(150)	-
Depreciação e amortização	(16.031)	(888)	-	(16.919)	(14.404)	(2.365)	(16.769)	-
Seguros	(562)	-	-	(562)	(554)	-	(554)	-
(+) Capitalização de pessoal	(388)	66	-	(322)	(6)	(91)	(97)	-
Outras receitas (despesas)	(4)	-	144	(140)	(248)	(6)	(91)	(97)
Total	(81.173)	(3.804)	(308)	(85.141)	(42.718)	(4.978)	(148)	(47.844)

(a) A variação em energia elétrica comprada para revenda acompanha a variação de receitas com venda de energia elétrica e estão relacionadas a comercialização de energia necessária para proteger a Companhia de exposições no mercado de curto prazo.

	2021	2020
<b>19. Resultado financeiro</b>		
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	1.289	1.343
Varição cambial - débitos com partes relacionadas	7.518	2.488
Atualização de créditos tributários	83	-
Outras receitas financeiras	1.141	1.368
<b>Total da receitas financeiras</b>	<b>10.031</b>	<b>5.199</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Varição cambial - débitos com partes relacionadas	(7.092)	(14.777)
Varição cambial - outros	(10)	(1)
Custo de transação	(272)	(139)
Juros provisionados sobre obrigações de arrendamento	(1.026)	(910)
Impostos sobre operações financeiras	(42)	(46)
Cartas de fiança e seguros garantia	(1.104)	(570)
Atualização financeira - Desmantelamento	(142)	(130)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(9.496)	(5.990)
Outras despesas financeiras	(9)	(708)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(19.193)</b>	<b>(23.271)</b>
<b>Total</b>	<b>(9.162)</b>	<b>(18.072)</b>

	2021	2020
<b>20. Imposto de renda e contribuição social:</b>		
Receita de suprimento de energia elétrica	126.922	72.100
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	10.154	5.768
Rendimento de aplicações financeiras	1.289	1.343
Outras receitas	1.367	1.368
Total base de cálculo	12.810	8.479
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.922)	(1.272)
Alíquota do imposto de renda (10%), deduzindo do limite do adicional	(1.256)	(824)
Total do imposto de renda	(3.178)	(2.096)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	15.231	8.652
Rendimento de aplicações financeiras	1.289	1.343
Outras receitas	1.367	1.368
Total base de cálculo	17.887	11.363
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.610)	(1.022)
<b>Total imposto de renda e contribuição social no resultado</b>	<b>(4.788)</b>	<b>(3.118)</b>

**21. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro:** A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. **Mensuração do valor justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. **Valor justo hierárquico:** Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

	Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	7.090	7.090	38.199	38.199
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	16.333	16.333	21.866	21.866
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	1.834	1.834	1.283	1.283
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	9.689	9.689	7.552	7.552
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	2.969	2.969	1.311	1.311
Obrigações de arrendamentos	Custo amortizado	2	8.907	8.907	6.925	6.925
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	143.940	128.693	154.175	152.962
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	74.620	74.620	73.075	73.075
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	3.541	3.541	62	62

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia e podem ser assim resumidos: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais). **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (CDI e TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia. **Contas a receber:** A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo. **Depósitos em bancos e instituições financeiras:** Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. **Risco operacional:** O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e instalações. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras. **Gestão de capital:** A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado.

**22. Seguros:** A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos. As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco operacional	31/10/2021	31/10/2022	400.436	6.569.700
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	N/A	56.407

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral há um valor limite que contempla todas as empresas do grupo.

**Diretoria Executiva**  
**Roberta Bonomi** - Diretora-Presidente  
**Mara Ayesha Lopez Berrios** - Diretora Administrativa e Financeira  
**Relações com Investidores**  
**Fabio Romann**  
**Contador Responsável**  
**Camila Silva de Mello** - CRC 1RS083577/O-5

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Administradores e Acionistas da Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de março de 2022

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6-F-RJ  
Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo  
Contador CRC RJ-092563/O-1

